



**GOVERNO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**

**6ª REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DE ZONAS ÚMIDAS**

**28 e 29 de abril de 2010**  
**Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B**  
**Ed. Marie Prendi Cruz**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2010, na Sala CT Térreo, Ed. Marie Prendi Cruz situado na SEP 505, Brasília-DF, realizou-se a sexta reunião do Comitê Nacional das Zonas Úmidas, sob a presidência da Sra. Ana Paula Leite Prates, Gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros e Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar.

**4ª feira, 28 de abril de 2010**

## **1. MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO**

- Albano Schwarzbald – SBL
- Ana Paula Leite Prates- SBF/MMA
- Béríte Carmo Cabral - SRHU/MMA
- Débora Calheiros – Rede Pantanal
- Fernando Tizianel – Sítios Ramsar
- Flávio Carvalho-ANA
- Hiram Lopes Pereira – IBAMA
- Luciana de Paiva Luquez – CNA
- Maria Iolita Bampi – ICMBio
- Mauro Luis Ruffino -MPA
- Renato Leonardi – MRE
- Shirley Leão – ABEMA
- Yara Schaeffer Novelli – Rede MangueMar Brasil

OBS: A participação do membro Antonio Porciuncula Soler (FBOMS) foi inviabilizada devido à incompatibilidade de passagens em horários adequados.

Kleber Santos (MAPA) não pôde estar presente devido à incompatibilidade de agenda.

## **2. REPRESENTANTES DE SÍTIOS RAMSAR**

- Diogo Dourado – Parque Nacional do Pantanal
- Fernando Tizianel – Parque Nacional do Araguaia
- Laís de Moraes Rego Silva – SEMA/MA
- Lívia Karen Souza – SEMA/MA
- Marcus Vinícius de Freitas – Parque Estadual do Rio Doce
- Paulo Roberto e Souza – Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá
- Rafael Valério Martins – Analista Parque Nacional da Lagoa do Peixe
- Rafael Valério Martins – Parque Nacional da Lagoa do Peixe
- Shirley A. S. Leão – SEMA/MA
- Waldir Wolfgang Valotki – RPPN SESC Pantanal
- Yassodhara Brandão de Araujo- SEMA/MA

## **3. OBSERVADORES**

- Carlos Henrique Fernandes – ICMBio
- Danielle Blanc – Técnica SBF/MMA
- Dimitrius Gabriel - CBPAM/MPA
- Maria Manuela Moreira - Geógrafa
- Maria Raquel de Carvalho - Consultora SBF/MMA
- Marina Faria do Amaral – Consultora SBF/MMA
- Paula Petraco- Limnóloga

- Tharsila Carranza – Universidade de Cambridge

#### 4. ABERTURA

Ana Paula Prates, gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros e ponto focal nacional da Convenção de Ramsar deu as boas-vindas a todos e justificou a ausência de algumas Secretarias do Ministério do Meio Ambiente representadas no Comitê devido à greve dos servidores analistas.

Informou sobre a comemoração do Dia Mundial de Zonas Úmidas que foi comemorado no Ministério do Meio Ambiente com duas novas designações de sítios Ramsar, o Parque Nacional Marinho de Abrolhos e o Parque Estadual do Rio Doce. Nesta ocasião também foram lançados o Vídeo “Áreas Aquáticas Protegidas e gestão pesqueira”, com três casos de áreas pesqueiras manejadas e a revista “Cuidar das zonas úmidas: uma resposta às mudanças climáticas”.

Ana Paula lembrou aos membros sobre os encaminhamentos da 5ª Reunião Ordinária do Comitê, de que seriam elaboradas duas recomendações, uma específica para o Pantanal e outra tratando do Código Florestal, e que nesta reunião haveriam apresentações dos gestores dos Sítios Ramsar. Informou também sobre a continuidade que o MMA está dando ao Planejamento para o Sucesso de Conservação de sítios, que tiveram propostas de projetos elaborados pela consultora Marina Amaral e que teriam seus resultados avaliados através de um novo projeto em parceria com Tharsila Carranza, da Universidade de Cambridge, caso os gestores demonstrem interesse.

Anunciou sobre a possibilidade de financiamentos de projetos para a conservação e uso racional de zonas úmidas pelo Wetlands for the Future (WFF), da Convenção de Ramsar e a aprovação do projeto “Fortalecimento do Comitê Nacional de Zonas Úmidas no Brasil” em parceria com a Mater Natura, o qual permitiu a contratação da consultora Maria Raquel de Carvalho para tratar das demandas diárias do ponto focal da Convenção de Ramsar no Brasil.

Informou sobre a participação brasileira na Reunião da Iniciativa Regional para a conservação dos manguezais, com a participação de Maria Raquel de Carvalho; na iniciativa Regional da Bacia do Prata, onde Maurício Pompeu da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano apresentou um levantamento de atividade realizadas no Brasil; e na Reunião do Comitê Permanente, que estava sendo realizada na Georgia, onde o Brasil estava representado por Roberta Ferreira do Ministério de Relações Exteriores.

Yara Novelli informou sobre sua participação em audiência sobre o Código Florestal com participação de diversas entidades (CNA, Greenpeace, MST, etc) no Ministério Público do Estado de São Paulo. Nesta ocasião foi apresentada uma proposta já bem consolidada para a substituição da Lei 6.938, que dispõe sobre o Código Florestal Brasileiro. O MST estava bem representado e deu grande apoio para que a referida lei não fosse alterada. Yara também informou sobre Lei do Estado de Pernambuco sancionada em 27 de abril de 2010 autorizando a supressão de área de mangue em Suape, a qual será submetida a um aterro de 900 ha para a construção de um porto e uma usina. Informou também sobre a elaboração de EIA/RIMA para a construção de terminal intermodal e o Porto Barnabé/Bagres, ambos no lago de Santa Rita, localizado no entorno do Parque Estadual da Serra do Mar, na Baixada Santista. O empreendimento terá como consequências o aterramento de área de restinga, mangue e espelho d'água.

Ana Paula Prates sugeriu o envio de ofício do MMA ao Governo de Pernambuco questionando sobre a Lei supracitada e recomendação do Comitê.

Yara Novelli comentou sobre sua participação em reunião no Ministério Público do Estado de São Paulo com promotores de todo o país sobre valoração de serviços ambientais.

#### 5. APRESENTAÇÃO “Políticas Nacionais e Setoriais para a Conservação e Uso Racional de Zonas Úmidas”- Maria Raquel de Carvalho

Raquel apresentou instrumentos nacionais disponíveis para a conservação das zonas

úmidas brasileiras e como estes contemplam os principais elementos dispostos nas Resoluções da Convenção de Ramsar, como forma de avaliar se instrumentos nacionais são suficientes para a conservação destas áreas.

Maria Iolita Bampi ressaltou a deficiência na transversalidade entre as políticas brasileiras e comentou sobre complementariedade entre os temas tratados pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas e Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) e que deveria haver maior diálogo entre estes.

Yara Novelli ressaltou a dificuldade, inclusive do Comitê técnico-científico da Convenção de Ramsar, em mensurar ou avaliar a efetividade das resoluções da Convenção e parabenizou a SBF/MMA e Raquel pela iniciativa. Sugeriu que membros do CNZU podem contribuir identificando falhas e necessidades do Brasil em relação a estas resoluções. Comentou ainda sobre aluna Georgia Nogueira de Souza Patu que comparou entre três países a legislação que contempla a proteção de zonas úmidas.

Foi discutida a necessidade de tradução para o português de documentos da Convenção. Ana Paula sugeriu que a tradução de resoluções fosse priorizada com base na avaliação de Raquel. Yara comentou sobre a experiência exitosa de Fábio Feldmann na publicação de coletânea de 12 encartes/livros em português sobre os tratados internacionais, incluindo a Convenção de Ramsar, disponíveis na Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo.

Mauro Ruffino expôs interesse em receber o trabalho elaborado por Raquel e sugeriu que o mesmo fosse enviado a todos os Ministérios que possuem interface com o tema.

## **6. APRESENTAÇÃO “Projetos para Sítios Ramsar”- Marina Faria do Amaral**

Marina apresentou sobre as propostas de projetos para os seis sítios Ramsar contemplados no projeto anterior que deu origem às publicações “Planejamento para o Sucesso de Conservação” e a importância de encaminhar projetos para a captação de fundos para executar ações de conservação e uso racional nos sítios Ramsar brasileiros.

Fernando Tizianel salientou a importância do apoio que o MMA deu aos sítios ao disponibilizar uma consultora para auxiliar na elaboração destes projetos.

Mauro Ruffino salientou a importância de se discutir o projeto para manejo de Pirarucu proposto para o Parque Nacional do Araguaia junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura e à FUNAI, pela dificuldade de condução do projeto junto à comunidade indígena, em projeto similar apresentado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Expressou o interesse do Ministério da Pesca e Aquicultura em apoiar o projeto para manejo do pirarucu.

## **7. RECOMENDAÇÕES**

Foram apresentadas minutas das recomendações do Pantanal e do Código Florestal para que os membros do comitê dessem sugestões.

### **1) Lei do Pantanal**

Houve discussão sobre a abrangência da recomendação, se deveria incluir hidrelétricas mas conclui-se que estes empreendimentos deveriam ser tratados em documento a parte a ser ainda preparado e discutido numa próxima reunião.

Albano questionou sobre o parâmetro utilizado para definir região do Pantanal.

Maria Iolita sugeriu que se usasse a delimitação do bioma Pantanal reconhecida pelo IBGE.

Maria Manuela informou sobre um Projeto de Lei que está tramitando na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados sobre as hidrovias e barragens que está contemplando as variações sazonais.

Bértes comentou sobre o fato da ANEEL e Ministério das Minas e Energia considerarem

que hidrelétricas constituem fontes alternativas de energia. E colocou sobre a necessidade de se trabalhar com fontes realmente alternativas, como a solar.

Débora comentou sobre workshop de Cuiabá que gerou recomendação de manter trechos dos Rios livres de barragens.

Laís Moraes comentou sobre a semelhança entre regime hidrológico do Pantanal e da APA da Baixada Maranhense.

Após as alterações sugeridas, foi aprovada a recomendação (Anexo 1)

## **2) Código Florestal**

Após pequenas alterações do texto da recomendação proposto e enviado ao CNZU por Antonio Soler (FBOMS) para que não haja retrocesso do Código Florestal foi aprovado (Anexo 2).

### **5ª feira, 29 de abril de 2010**

Os Membros do Comitê Nacional de Zonas Úmidas se reuniram no auditório do Ed. Marie Prendi Cruz situado na SEPN 505, Brasília-DF, para assistir as apresentações dos gestores de Sítios Ramsar.

## **8. APRESENTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO PANTANAL MATOGROSSENSE– Diogo Dourado**

Diogo apresentou as características gerais do Parque (área, localização, porcentagem sujeita a inundações, biodiversidade, aspectos histórico-culturais, títulos internacionais). Apontou como benefícios da designação como sítio Ramsar o reconhecimento pela grande biodiversidade associada a esta zona úmida, as oportunidades de captação de recurso e de parceria com outros sítios Ramsar e o apoio técnico. Apontou como principais ameaças a agropecuária, o turismo de pesca, a pesca comercial, a mineração, a hidrovia e as hidrelétricas. Explicou sobre as diversas coordenações responsáveis pela gestão da unidade e apresentou um esquema do planejamento da unidade para o turismo de contemplação.

Yara Novelli salientou a importância de uma boa infraestrutura para receber turistas estrangeiros com ampla exposição audio-visual nos mais diversos locais.

Maria Iolita comentou sobre o impasse sobre as áreas de amortecimento e provável redução das mesmas. Informou que a Resolução CONAMA 013 de 1990 que trata das áreas circundantes a Unidades de Conservação, apesar de desconsiderada por alguns Estados, ainda é o atual instrumento que dá mais respaldo legal à preservação destas áreas. Maria Iolita sugeriu ainda que houvesse um pedido de fortalecimento desta resolução para que esta seja vigente pelo menos até a definição sobre as áreas de amortecimento.

Marcus Vinícius comentou sobre o fortalecimento dos Conselhos Consultivos.

## **9. APRESENTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA – Fernando Tizianel**

Fernando apresentou características gerais do Parque (localização, regime hidrológico e instrumentos de gestão). Apontou como principais ameaças a criação de gado no entorno do Parque, a pesca predatória de pirarucu, a agricultura intensiva no entorno, o turismo para pesca irregular, a coleta de ovos e filhotes de quelônios e o fogo. Fernando apresentou uma avaliação da implementação das ações de conservação definidas no “Planejamento para o Sucesso de Conservação” apontando quais atividades foram implementadas, estão em andamento, são viáveis ou inviáveis dentro do prazo estabelecido. Apresentou projetos que estão em andamento no Parque.

Ana Paula explicou sobre a lista de Montreux e questionou se as ameaças ao Parque seriam motivo para que o Sítio entrasse nesta lista. Fernando não concordou, citou que a maior ameaça é relacionada à pesca predatória de pirarucu.

Albano questionou sobre a existência de um manejo para controle do fogo.

## **10. APRESENTAÇÃO DA RPPN DO SESC PANTANAL – Waldir Wolfgang**

Waldir apresentou as características gerais da Estância Ecológica (localização, infraestrutura, biodiversidade) e os projetos de pesquisa em andamento, muitos dos quais em parceria com a UFMT. Apontou como principal ameaça o fogo, porém este vem sendo controlado com muito sucesso por patrulha mecanizada e equipe de brigadistas.

Débora questionou se os efeitos advindos da construção das hidrelétricas são refletidos na área da RPPN. Waldir explicou que a área foi afetada no processo de represamento da água para a Usina Hidrelétrica do Rio Manso, e que atualmente o efeito principal é de redução das cheias em Cuiabá.

Marcus Vinícius questionou a ausência de aplicação das pesquisas no manejo das unidades.

## **11. APRESENTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DO PARCEL DE MANUEL LUIS – Shirley Leão**

Shirley apresentou as características gerais da área, informações sobre as formações coralinas, biodiversidade associada, estudos realizados e importância histórica. Apontou como principais ameaças a pesca predatória e o branqueamento de corais. Ressaltou as dificuldades institucionais para promover a fiscalização da área e a ausência de instrumentos de gestão (plano de manejo e conselho gestor). Destacou a realização de projetos de conscientização ambiental sobre o Parque.

Albano questionou sobre o branqueamento de corais e mencionou sobre a situação de alerta dos recifes de coral frente às mudanças climáticas.

Yara Novelli questionou sobre grupos de pesquisa que atuam na região do Parque. Ana Paula complementou citando os estudos de peixes conduzidos por Luís Rocha, da Universidade da Paraíba.

Diogo perguntou sobre a previsão para a elaboração de plano de manejo para a Unidade. Shirley comentou que o fator limitante é a ausência de recursos financeiros e infraestrutura para tal. Lívia Karen explicou sobre os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos que estão sob júdice, o que significa, um entrave para a solução destes problemas. Acrescentou que a grande esperança de recursos para o Maranhão são aqueles advindos de compensações ambientais.

Yara Novelli demonstrou grande preocupação esta colocação, pois a compensação ambiental passa a ser um estímulo financeiro para a degradação ambiental e sem retorno efetivo para ações de conservação, sendo portanto um incentivo perverso.

Marcus Vinícius lembrou dos exemplos de valoração de serviços ambientais através do ICMS ecológico, implantado em estados como Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

## **12. APRESENTAÇÃO DA APA DA BAIXADA MARANHENSE – Laís de Moraes Rego Silva**

Laís apresentou as características gerais da área, localização, características ecológicas, biodiversidade e populações tradicionais associadas. Apontou como principais ameaças a bubalino cultura, o plantio de arroz, a deficiência na gestão de resíduos sólidos, a construção de tanques para a piscicultura e a caça predatória de algumas aves associadas à fiscalização insuficiente e à ausência de instrumentos de gestão (plano de manejo e conselho gestor). Apresentou como principais atividades realizadas pela SEMA/MA na APA a fiscalização, projetos de educação ambiental, o licenciamento de atividades.

Marcus Vinícius questionou se a ausência de zoneamento de uma APA não seria um impedimento para a designação como Sítio Ramsar.

Ana Paula defendeu que o selo Ramsar deve ajudar na gestão das áreas, pois configura-se como mais uma oportunidade para conseguir financiamentos e melhorar a gestão.

Mauro Ruffino salientou que a importância de que haja um mecanismo condicionando o financiamento a um comprometimento do Estado em gerar retorno ambiental.

### **13. APRESENTAÇÃO DA RPPN FAZENDA RIO NEGRO – Gina Cardinot**

Gina apresentou características gerais da RPPN (localização, clima, relevo, hidrografia, vegetação e fauna). As atividades conduzidas na Reserva são: visitação, turismo de contemplação, pesquisa e capacitações para pesquisa e conservação (cursos de ecologia de campo e cursos de formação de guarda-parques). Explicou sobre o projeto “onça-social” através do qual há compensação ambiental a proprietários de gado comprovadamente predado por onça, os quais se comprometem a não abater os felinos. Este projeto tem caráter educacional também, uma vez que é realizada toda uma abordagem sobre os hábitos e área de vida das onças. Apresentou como principais benefícios advindos da designação como Sítio Ramsar a maior visibilidade política e científica para a conservação de áreas úmidas e uma maior sinergia com os países limítrofes também signatários da Convenção por onde o Pantanal se estende (Bolívia e Paraguai), além de facilitar parcerias.

Foi discutido em mais detalhes o projeto de compensação ambiental pela morte de gado por ataque de onças.

### **14. APRESENTAÇÃO DA APA DA S REENTRÂNCIAS MARANHENSES – Laís de Moraes Rego Silva**

Laís apresentou as características gerais e ecológicas da unidade incluindo flora, fauna e comunidades tradicionais associadas. Apontou como principais ameaças a pesca predatória para a comercialização de subprodutos, a pesca acidental de mamíferos marinhos, o desmatamento, a poluição por resíduos sólidos, os quais são agravados pela insuficiente fiscalização e à ausência de plano de manejo e de conselho gestor da APA, com exceção das Reservas Extrativistas de Cururupu e Quilombo de Frexal, as quais possuem planos de uso, planos de manejo e conselhos deliberativos. Apresentou como principais atividades realizadas pela SEMA/MA na APA a fiscalização, projetos de educação ambiental, o licenciamento de atividades. Ressaltou como projetos em andamento nesta APA o zoneamento ambiental, o monitoramento de aves migratórias exercido pelo CEMAVE (Centro Nacional de Pesquisa para a Conservação de Aves Silvestres), o monitoramento da população do caranguejo-ucá, promovido pelo CEPENE (Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do litoral Nordeste), a inserção da área no projeto GEF Mangue e o projeto de estratégia de gestão e sensibilização de comunidades locais (SEMA/BiomaBrasil com apoio do MMA).

### **15. APRESENTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE – Marcus Vinícius de Freitas**

Marcus Vinícius apresentou características gerais da área, a estrutura funcional do Parque, localização, biodiversidade associada, pesquisas em andamento e infraestrutura disponível. Entre as atividades desenvolvidas no Parque destacou a fiscalização, monitoramento, educação ambiental através dos projetos sustentáveis e o treinamento de guarda-parques.

### **16. APRESENTAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MAMIRAUÁ – Paulo Roberto e Souza**

Paulo Roberto apresentou as características gerais e ecológicas da Reserva, discorreu sobre os mecanismos de gestão participativa e sobre os projetos de manejo de recursos naturais e desenvolvimento social. Destacou as linhas de pesquisas conduzidas no Parque. Apontou como principal benefício advindo da designação como Sítio Ramsar o maior reconhecimento sobre a proteção da unidade.

## **17. APRESENTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE – Rafael Valério Martins**

Rafael apresentou características gerais sobre o Parque. Apontou como principais ameaças a ocupação humana, a criação de gado, a abertura artificial da barra da Lagoa, a presença de espécies exóticas, o plantio de arroz, o fogo e a poluição por óleo no mar. Informou sobre os avanços relativos à regularização fundiária da unidade, que já foi realizada demarcação das propriedades e está sendo concluído o levantamento das mesmas. Quanto aos projetos em andamento citou a realocação da população que vive no interior do Parque e o controle da disseminação de *Pinus sp.* através da eliminação dos indivíduos jovens e o andamento no processo de licitação dos talhões plantados desta espécie.

Débora questionou sobre o incentivo à produção de arroz orgânico. Rafael respondeu que a iniciativa era da FEPAM.

Albano explicou sobre a dinâmica natural das lagoas e previsão de desaparecerem em função da ação dos ventos. Albano, como professor, sugeriu ainda que em próximas apresentações houvesse uma contextualização sobre o clima, bioma e processos que deram origem ao ambiente.

## **18. ENCERRAMENTO**

Ana Paula Prates agradeceu às apresentações de todos, e apresentou o mapa com a localização de todos os sítios Ramsar, explicando brevemente sobre o procedimento para a indicação de novas áreas. Como encaminhamentos finais e lembrando a necessidade levantada pelos membros do Comitê de se elaborar uma outra recomendação sobre hidrelétricas, foi sugerido que Débora Calheiros, Béríte Cabral, Laís Morais e Fernando Tizianel ficassem responsáveis em elaborar minuta deste documento para ser apresentado aos demais membros na próxima reunião. Ana Paula comunicou ainda que a ata da reunião seria enviada por email para a aprovação de todos os membros do Comitê; e que membros deveriam sugerir temas para as próximas reuniões.

**ANA PAULA LEITE PRATES**  
Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar  
Presidente Substituta do CNZU